

# A Estruturação das Unidades de Conservação Federais e Estaduais da Categoria “Parque” em Santa Catarina para o Atendimento ao Visitante<sup>1</sup>

Paulo dos Santos Pires<sup>2</sup>  
Paula Renata Machado e Silva<sup>3</sup>  
Gabriela Lamim<sup>4</sup>

## RESUMO

As áreas naturais protegidas, no Brasil denominadas de “Unidades de Conservação”, além da sua função precípua de proteção de amostras representativas dos ecossistemas e paisagens naturais, também buscam atender a outros objetivos de alcance socioeconômico e cultural. No caso dos “Parques” o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e do turismo ecológico, através da visitação, se constitui em objetivo primário desta categoria de manejo. Neste sentido, a demanda por visitação, seja de caráter turístico ou excursionista nestas unidades de conservação vem aumentando, juntamente com a expectativa dos visitantes pela qualidade do atendimento e satisfação de suas expectativas. Para tanto, devem estar adequadamente estruturadas, tanto física quanto funcionalmente, para que neste aspecto não deixem de cumprir o seu papel. Diante deste contexto, a presente pesquisa teve como **objetivo** reconhecer a estruturação das unidades de conservação federais e estaduais da categoria parque em Santa Catarina para o atendimento ao visitante. A pesquisa deu-se em nível exploratório e teve um caráter, sobretudo, qualitativo, aplicada sobre o universo das onze unidades de conservação federais e estaduais da categoria “Parque” localizadas no Estado de Santa Catarina. As análises foram orientadas pelos documentos de referência para o planejamento e a gestão de unidades de conservação, destacando-se as Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação do MMA. Em síntese, os resultados da pesquisa identificaram que o atendimento ao visitante ainda é insipiente, pois vários parques se encontram fechados para a visitação, ainda não possuem Plano de Manejo e falta capacitação aos funcionários. Com o conhecimento gerado, pretende-se oferecer informações úteis para a operacionalização da visitação, para os gestores governamentais do turismo no estado, além de constituir uma etapa inicial para investigações subsequentes e mais aprofundadas sobre o tema.

**Palavras-chaves:** Turismo, Visitação, Unidades de Conservação, Parques, Santa Catarina.

## 1. INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup> Este artigo integra os resultados das pesquisas intituladas “A ESTRUTURAÇÃO DOS PARQUES ESTADUAIS E NACIONAIS DE SANTA CATARINA PARA A VISITAÇÃO” e “O ATENDIMENTO AO VISITANTE E OS SERVIÇOS TURÍSTICOS NOS PARQUES ESTADUAIS E NACIONAIS EM SANTA CATARINA” apoiadas, respectivamente, pelo Edital 04/2012 do Programa de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC/CNPq e pelo Edital 07/2012 do Programa de Bolsas de Iniciação Científica – ProBIC/UNIVALI.

<sup>2</sup> Eng<sup>o</sup> Florestal, Dr, Docente e Pesquisador da UNIVALI-SC. [pires@univali.br](mailto:pires@univali.br)

<sup>3</sup> Graduanda do Curso de Turismo e Hotelaria na UNIVALI-SC, Bolsista ProBIC/PIBIC/UNIVALI (2011-2013). Paula Renata Machado e Silva [paulamachado@univali.br](mailto:paulamachado@univali.br)

<sup>4</sup> Graduanda do Curso de Engenharia Ambiental na UNIVALI, Bolsista ProBIC/UNIVALI (2012-2013). Gabriela Lamim [gabrielalamim.ea@gmail.com](mailto:gabrielalamim.ea@gmail.com)

O Estado de Santa Catarina abriga cinco grandes unidades de paisagens naturais associadas às regiões fitoecológicas definidas pelo IBGE (2004) e a três dos sete biomas que ocorrem no Brasil, país sobejamente reconhecido pela diversidade ecossistêmica e biológica que caracterizam a sua natureza. A principal estratégia para a conservação deste patrimônio natural no Brasil tem sido a implantação de Unidades de Conservação, que em nível mundial são reconhecidas como *Protect Areas* pela União Internacional para a Conservação da Natureza - IUCN e são destinadas à mesma estratégia conservacionista.

Neste cenário, o turismo como fator propulsor da demanda por visitação de destinos naturais   considerado uma importante alternativa para a valoriza o social e viabiliza o da manuten o e prote o destas áreas protegidas, considerando, por exemplo, que a visita o nos 67 Parques Nacionais tem potencial para gerar entre R\$ 1,6 bilhão e R\$ 1,8 bilhão de receitas. (MMA, 2012).

Entre todos os tipos de áreas protegidas a categoria “Parque” em consonância com as categorias internacionais de áreas protegidas da IUCN,   a mais vocacionada para a visita o turística, no âmbito do uso público nelas previsto. Para viabilizar este potencial de uso público dos parques, bem como dos benefícios socioecon micos decorrentes, a sua estrutura o   uma pr -condi o que na prática se traduz na existência de centros de visitantes, meios para a interpreta o da natureza, trilhas, caminhos, áreas de camping acessos, sinaliza o, mirantes, condutores capacitados, entre outras estruturas de apoio e condi oes funcionais, que permitirão o efetivo atendimento a um dos objetivos primários desta categoria de unidade de conserva o que   exatamente o de “favorecer condi oes e promover a educa o e interpreta o ambiental, a recrea o em contato com a natureza e o turismo ecológico” (SISTEMA, 2004).

A partir desta delimita o temática   possível inferir sobre o problema que suscitou a pesquisa, qual seja a constata o de que entre as quinze operadoras de ecoturismo e turismo e aventura atuantes em Santa Catarina, menos da metade identificam ou relacionam os seus destinos às unidades de conserva o considerando distintas categorias (Pires; Costa, 2012). Além disso, dos 11 parques (estaduais, nacionais) existentes no Estado, apenas três (um estadual e dois nacionais) são de fato contemplados no portfólio de destinos naturais destas operadoras.

Esta constata o permite supor que, em não sendo a falta de atributos naturais e paisagísticos existentes nos parques de Santa Catarina, uma vez que no seu conjunto contemplam parcelas representativas dos grandes ambientes naturais associados aos três biomas que ocorrem no Estado, um possível fator limitante para esta não inser o

plena dos mesmos no portfólio de destinos e atrativos do turismo na natureza, poderá residir na deficiência de sua estruturação física e funcional para receber visitantes, sobretudo aqueles demandados pelo turismo e, assim, desenvolver as atividades pertinentes à visitação. Dessa forma, estabeleceu-se a seguinte **questão central de pesquisa**: como se encontra a estruturação física e funcional dos parques estaduais e nacionais de Santa Catarina para o atendimento ao visitante, por sua vez, convertida para o seguinte **objetivo geral**: reconhecer a estruturação das unidades de conservação federais e estaduais da categoria parque em Santa Catarina para a visitação.

A **justificativa** da pesquisa se respalda, primeiramente, nos pressupostos do arcabouço institucional a partir do estabelecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, (Lei nº 9.985/2000), pelo qual as áreas naturais protegidas passaram a ter a referência legal e a base conceitual e técnica, necessárias ao cumprimento do seu papel para a conservação da natureza e para a sociedade. Neste sentido, a categoria de unidade de conservação “Parque” é assumida como aquela que melhor potencializa as distintas formas de uso público, incluindo a recreação em contato com a natureza e o turismo (SISTEMA, 2004; TAKAHASCHI, 2004).

Ainda, segundo o MMA (2007), há indicadores de um crescimento expressivo da visitação em áreas naturais para as atividades de turismo que encontram na natureza a sua principal motivação. O reconhecimento desta realidade levou ao lançamento na esfera federal do **Programa de Turismo nos Parques**, pelo qual vinte e cinco parques nacionais foram selecionados como prioritários, visando a realização de um plano de ação exatamente para a estruturação e promoção do turismo nos mesmos. O próprio Instituto Chico Mendes entende que a oferta de estrutura adequada ao número e ao perfil de visitantes, permite diversificar as atividades de ecoturismo e recreação oferecidas especialmente nos Parques Nacionais. (MMA; MTur, 2012). Segundo constatações preliminares, não se verificam por parte da Fundação do Meio Ambiente em Santa Catarina - FATMA, políticas ou ações equivalentes voltadas para os sete parques estaduais sob a sua administração.

Por fim, a partir de um breve e preliminar levantamento de bibliografia pertinente à temática da visitação, uso público e estruturação dos parques para a visitação, revelou-se a existência mais recente de documentos produzidos e difundidos no âmbito do Ministério do Meio ambiente no Brasil (MMA, 2007), e por organizações não governamentais como o WWF e a IUCN tratando do sistema de manejo turístico (Cifuentes; Izurieta; Faria, 2000; CI, 2004), além de textos técnicos sobre planejamento da recreação em área protegidas (Manning, 2004) e conflitos no uso recreativo dos

recursos naturais (Graefe; Thapa, 2004), que estabelecem relações com a estruturação para a visitação.

Há também várias contribuições na forma de discussões e de trabalhos técnicos sobre uso público, alguns contemplando os aspectos estruturais das UCs para a visitação, publicados em anais de eventos da área, com destaque para as edições do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação.

## **2. MARCO TEÓRICO**

Segundo SOUZA, A. C. e OLIVEIRA, K. C. da S. (2011), em setembro de 1989, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) foi apresentado ao CONAMA e ao Congresso Nacional, e oficialmente estabelecido pela Lei 9.985, de 19 de julho de 2000. O SNUC estendido aos âmbitos administrativos federal, estadual e municipal, sendo então que em cada Estado da federação, a exemplo de Santa Catarina, será possível encontrar no total das suas UCs, aquelas administradas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio em nível federal, pela Fundação do Meio Ambiente - FATMA em nível estadual e, ainda, pelos municípios a exemplo de Florianópolis que possui algumas unidades de conservação sob a sua gestão.

A existência das Unidades de Conservação no Brasil está respaldada em diversos instrumentos legais relacionados às políticas públicas para a conservação da biodiversidade no Brasil (ICMBio, 2012), entre eles estão a própria Constituição Federal de 1988 que em seu Artigo 225; § 1º, III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos [...]; a Convenção sobre Diversidade Biológica -CDB; o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (Lei 9.985 de 18/07/2000); o Programa Nacional da Diversidade Biológica - Pronabio (Decreto 4.703, de 21 de maio de 2003); e o Plano Nacional de Áreas Protegidas – PNAP (Decreto 5758/2006). Conceitualmente o SNUC define a unidade de conservação como:

“espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (Lei 9.985 de 18/07/2000).

As Unidades de Conservação estão divididas em dois grandes grupos, o de Proteção Integral e o de Uso Sustentável. O grupo de Proteção Integral tem como objetivo principal preservar a natureza, desta forma admite apenas atividades que usufruam indiretamente de seus recursos naturais, como pesquisa científica e turismo ecológico. Fazem parte deste grupo as Estações Ecológicas, Reservas Biológicas, Monumentos Naturais, Refúgios da Vida Silvestre, e os Parques Nacionais. O segundo grupo busca aliar a conservação da natureza com o uso sustentável de seus recursos, permitindo a instalação de moradias. Estão incluídas as categorias Área de Proteção Ambiental, Área

de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

A categoria “Parque” é considerada uma Unidade de Proteção Integral em que o objetivo básico é a preservação da natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais [...]. Ainda segundo o SNUC,

“O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico”. (Lei 9.985 de 18/07/2000, Art. 11).

Com este objetivo, parques (nacionais/estaduais) são vistos também pelos órgãos gestores federais como destinos relevantes do turismo no país (MMA, 2007), que adotam a visitação em unidades de conservação como uma das principais estratégias de sensibilização da sociedade para a importância da conservação da natureza (ICMBio, 2012), e relaciona-se às atividades recreativas, educativas e interpretativas junto aos recursos naturais e culturais, com o objetivo principal de despertar no visitante o respeito e o reconhecimento da importância destes recursos. (JESUS, 2002; TAKAHASHI, 2004).

Para que os objetivos das unidades de conservação sejam atingidos, é necessária a criação de ações fundamentais que regularizem e melhorem seu manejo, de forma que os recursos naturais sejam utilizados e geridos de forma sustentável, sejam eles no interior da unidade ou em seu entorno. De acordo com o ICMBio (2012), o manejo e a gestão adequados devem estar embasados não só no conhecimento dos elementos que conformam o espaço em questão, mas também numa interpretação da interação destes elementos. A Lei Nº 9.985/2000 que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação define o Plano de Manejo como um documento técnico que estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais.

Visando a organização da visitação em unidades de conservação, para que esta não traga consigo impactos negativos e que seja compatível com o objetivo geral destas áreas, que é a preservação e conservação da biodiversidade, o Ministério do Meio Ambiente juntamente com a Secretaria de Biodiversidade e Florestas criaram no ano de 2006, um documento que regulamenta a atividade. As **Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação** objetiva a apresentação de um conjunto de princípios, recomendações e diretrizes, para desenvolver e adotar regras e medidas que assegurem a sustentabilidade do turismo.

### 3. METODOLOGIA

#### 3.1 O método da pesquisa

A pesquisa teve caráter qualitativo e exploratório envolvendo coleta de dados em fontes primárias (de natureza documental e a campo) e pesquisa de dados secundários em referencial bibliográfico pertinente (GIL, 1999; LAKATOS; MARCONI, 1999). Para a coleta de dados a campo foi adotada a técnica da entrevista em profundidade instrumentalizada na forma de perguntas abertas (UNIVALI, 2011) dirigidas aos sujeitos (agentes governamentais) envolvidos com a gestão do uso público nas UCs consideradas.

A análise qualitativa de conteúdo permeou toda a pesquisa, desde a sistematização dos dados até a sua análise propriamente dita (FLICK, 2004; MINAYO et al., 2002). Assim, os dados colhidos foram sistematizados através da sua compilação, integração e análise crítica, face às Diretrizes para a Visitação do MMA (2006), ao marco legal do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e com o aporte de pesquisas empíricas com o mesmo enfoque temático.

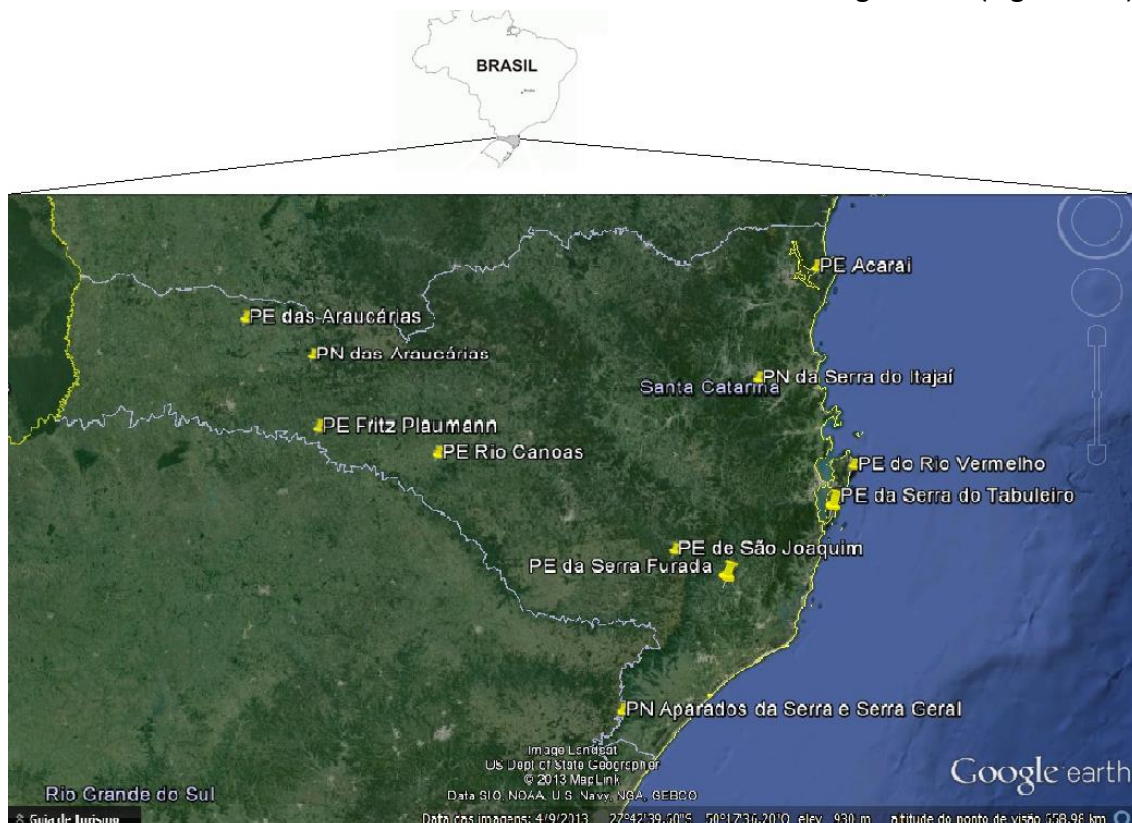
#### 3.2 Delimitação do universo da pesquisa

Foram considerados como universo da pesquisa as doze unidades de conservação da categoria “Parque” existentes em Santa Catarina (Quadro 1), administrados tanto pelo governo federal (ICMBio) quanto pelo governo estadual (FATMA).

PARQUES ESTADUAIS – FATMA	PARQUES NACIONAIS – ICMBIO
Parque Estadual da Serra do Tabuleiro	Parque Nacional de Aparados da Serra
Parque Estadual da Serra Furada	Parque Nacional da Serra Geral
Parque Estadual das Araucárias	Parque Nacional de São Joaquim
Parque Estadual Flitz Plaumann	Parque Nacional da Serra do Itajaí
Parque Estadual Rio Canoas	Parque Nacional das Araucárias
Parque Estadual Acaraí	
Parque Estadual do Rio Vermelho	

**Quadro 1: Relação dos Parques Nacionais e Estaduais que foram abordados durante este estudo. Fonte: os autores**

A representação espacial da localização de cada um dos doze Parques Estaduais e Nacionais no Estado de Santa Catarina é a seguinte (Figura 1):



**Figura 1: Localização espacial dos doze parques abordados neste estudo. Elaboração própria com base no Google Earth. Fonte: os autores**

No âmbito estadual a FATMA administra além dos sete parques, mais três Reservas Biológicas, encontrando-se em fase de estudo técnico a primeira unidade de conservação “Refúgio de Vida Silvestre”. Já no âmbito federal, além dos cinco parques nacionais, objeto da presente pesquisa, em Santa Catarina o ICMBio Administra outras dez unidades de conservação de distintas categorias, destacando quatro florestas nacionais.

#### 4. RESULTADOS

##### 4.1 Abertura para visitação e existência de planos de manejo nos parques em Santa Catarina

A verificação da existência de Programas de Manejo foi feita a partir de consulta a fontes documentais do ICMBio e da FATMA, e o resultado está exposto no quadro 2 a seguir:

PARQUES ESTADUAIS EM SC			PARQUES NACIONAIS EM SC		
IDENTIFICAÇÃO da UC	AV	PM	IDENTIFICAÇÃO da UC	AV	PM
Parque Estadual da Serra do Tabuleiro	Sim	Não	Parque Nacional de Aparados da Serra	Sim	Sim
Parque Estadual da Serra Furada	Não	Sim	Parque Nacional da Serra Geral	Sim	Sim

Parque Estadual das Araucárias	Não	Sim	Parque Nacional de São Joaquim	Sim	Não
Parque Estadual Flitz Plaumann	Sim	Sim	Parque Nacional da Serra do Itajaí	Não	Sim
Parque Estadual Rio Canoas	Não	Sim	Parque Nacional das Araucárias	Não	Sim
Parque Estadual Acarai	Sim	Sim			
Parque Estadual do Rio Vermelho	Sim	Não			
LEGENDA: AV = Abertura para Visitação; PM = Existência der Plano de Manejo					

**Quadro 2: Situação dos Parques Estaduais e Nacionais em Santa Caarina quanto ao atendimento ao visitante e existência de Plano de Manejo. Fonte: os autores**

Conforme se verifica, os únicos parques que satisfazem ambas as condições de abertura à visitação com existência de plano de manejo (25% do total), são o Parque Estadual Flitz Plaumann e os Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral. A maior parte dos doze parques (58% ou 7 em 12) está aberta à visitação, mesmo havendo cinco que não possuem ainda o seu Plano de Manejo, entre eles o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro<sup>5</sup> o de maior extensão territorial entre todos e com localização estratégica, e o Parque Nacional de São Joaquim, o quinto parque nacional do país em número de visitantes, e possuindo apenas uma portaria que regulamenta as atividades realizadas, de acordo com informação coletada diretamente junto ao seu gestor.

Comparativamente, 80% dos parques nacionais possuem planos de manejo enquanto que apenas 58% dos parques estaduais satisfazem esta condição. Por fim, dentre os parques que não possuem plano de manejo, somente o Parque Estadual das Araucárias não está aberto para visitação. Constatou-se através das falas em comum dos gestores estadual e nacional dos parques em Santa Catarina<sup>6</sup> que as limitações expostas para o conjunto dos parques se dá por problemas fundiários (não indenização, conflitos com os proprietários originais) e questões de demarcação territorial, além da falta de pessoal para a necessária administração dos mesmos, incluindo o atendimento aos visitantes.

#### **4.2 Registro da visitação e de parcerias com prestadores de serviços**

Embora o agendamento da visitação seja o expediente comum para os parques estaduais, em geral o registro *in loco* e monitoramento da visitação nos parques abertos a visitação ainda é incipiente, principalmente por que não há pessoal em número e qualificação suficientes para executar tais tarefas. No entanto, de acordo com levantamento documental, no período de vigência da pesquisa, o PE Fritz Plaumann destacou-se por ser o único sobre o qual é gerado e remetido mensalmente para a FATMA um relatório de visitação em forma de diagnóstico, onde são

<sup>5</sup> O plano de Manejo desta UC, assim como o do PE do Rio Vermelho, encontrava-se em elaboração com previsão de conclusão para o final de 2003.

<sup>6</sup> Arno Guesser Filho gerente de Unidades de Conservação da FATMA e Andrea von der Heyde Lamberts Coordenadora Regional da 9a Região - Florianópolis, ICMBio.



apresentados dados a cerca do perfil e satisfação visitantes, bem como do monitoramento da visitação.

Quanto aos Parques Nacionais abertos à visitação, o registro de visitantes e os dados de visitação são produzidos pelo PN Aparados da Serra e o PN Serra Geral que possuem uma administração unificada, e pelo PN de São Joaquim. As informações são repassados ao ICMBio por meio de um sistema de abrangência nacional que integra os indicadores de satisfação dos visitantes. Dutra et al.(2008) afirma que o registro dos visitantes e a identificação do perfil dos mesmos é uma ferramenta importante para orientar as ações de manejo do uso público nas regiões, visando garantir a sustentabilidade da atividade turística e a conservação do seu patrimônio natural.

Poucos são os parques que tem a organização da visitação viabilizada através de cogestão e parcerias com a sociedade organizada, caso do PE da Serra do Tabuleiro que através de um convênio com a CAIPORA<sup>7</sup> mantém um programa de uso público regular, e do PE Fritz Plaumann onde quem executa e organiza a visitação é a ECOPEF<sup>8</sup>. Ainda no caso do PE Serra do Tabuleiro, cabe salientar que existem operadoras de turismo de aventura que exercem atividades dentro do PE Serra do Tabuleiro, porém sem retorno de receitas para o Parque. Já no PE do Acaraí, com autorização dos gestores do parque, ocorre a concessão de uso de uma duna específica para a prática de *sandboard* por terceiros. Os Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral são os únicos entre que possuem uma terceirização de serviços de condução de visitantes, através de uma parceria com a APCE – Associação Praia-Grandense de Condutores para Ecoturismo.

### **5.3 Estruturação e atividades relacionadas à visitação nos parques de SC**

Com base nos dados colhidos através dos conteúdos dos sites dos órgãos gestores em nível federal e estadual, bem como, através de entrevistas aplicadas junto à gestora do ICMBio para as Unidades de conservação da região sul e, também, junto ao gerente de Unidades de Conservação da FATMA, e após a sua compilação e sistematização, apresentam-se no quadro 3 a seguir as principais informações pertinentes à estruturação e às atividades relacionadas ao uso público, com ênfase na visitação turística.

---

<sup>7</sup> A Cooperativa para Conservação da Natureza cuja atuação inclui o uso sustentável dos recursos naturais, é parceira da FATMA na implementação do uso público no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

<sup>8</sup> Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, a ECOPEF – Equipe Co-Gestora do Parque Estadual Fritz Plaumann. Entre outras, tem a finalidade de gerir o parque juntamente com a FATMA.

PARQUES ESTADUAIS	ESTRUTURAÇÃO / ATIVIDADES DE VISITAÇÃO
PE DA SERRA DO TABULEIRO	Com Centro de Visitantes e diversas trilhas, possibilidade de acampamento, sendo a visitação oficial concentrada apenas em uma delas e com ênfase na educação ambiental.
PE DO RIO VERMELHO	Possui Conselho Consultivo, não há um roteiro de trilhas específicas para visitantes e pesquisadores. Há alguma informação e sinalização para o visitante, assim como placas interpretativas. Há diversas trilhas que podem ser percorridas e áreas de acampamentos. Há cursos de capacitação esporádicos aos funcionários e atividades de educação ambiental feitas pela Polícia Militar Ambiental e “ecomonitores”.
PE FRITZ PLAUMANN	Parceria com uma OSCIP para a cogestão, incluindo a oportunidade de estágios e voluntariado, captação de recursos financeiros e parcerias institucionais estratégicas. A visitação feita através de atividades de recreação; a visita é monitorada através de guias. Uso público por pesquisadores; EA para a comunidade do entorno.
PE RIO CANOAS	Atividades e estruturas para a visitação estão apenas previstas no Plano de Manejo, já que a unidade está fechada e não há Centro de Visitantes. Há placas de sinalização para o acesso apenas na comunidade do entorno.
PE ACARAÍ	São realizadas ações de EA com grupos de alunos em atividades educativas no interior do Parque, palestras em escolas e capacitação de professores caracterizando um uso público essencialmente não turístico.
PE DA SERRA FURADA	Não está aberto para visitação e não possui informações pertinentes
PE DAS ARAUCÁRIAS	Não está aberto para visitação e não possui informações pertinentes

**Quadro 3: Estruturação e às atividades relacionadas ao uso público nos parques estaduais**

Entre os sete parques estaduais de Santa Catarina, cinco não estão adequadamente estruturados para a visitação, a começar pela não existência de um centro de visitantes. Em alguns, há trilhas utilizadas espontaneamente por visitantes, porém não monitoradas pelo gestor do parque. Quanto aos parques nacionais em Santa Catarina, o quadro 4 a seguir expõe as principais informações pertinentes à sua estruturação e às atividades relacionadas ao uso público.

PARQUES NACIONAIS	ESTRUTURAÇÃO / ATIVIDADES DE VISITAÇÃO
PN DE APARADOS DA SERRA e PN DA SERRA GERAL	O Centro de Visitantes atende em conjunto os Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral que são contíguos; Não há interpretação ambiental nas trilhas implementadas, mas há sinalização mínima; Possuem estruturas de proteção para impedir o acesso e o estacionamento de veículos fora do leito da estrada; Possuem áreas para piquenique; Os condutores são capacitados através das associações de condutores em Cambará do Sul e Praia Grande; São distribuídos folhetos com conteúdo educativo e restrições na visitação.
PN DE SÃO JOAQUIM	Guarda parques com capacitação entre outros funcionários; Visitação prevista em normas específica para algumas atividades; credenciamento e autorização para condução de visitantes; projeto e financiamento para a construção do Centro de Visitantes já viabilizados; Conselho Consultivo formado.
PN DA SERRA DO ITAJAÍ	Não se encontra aberto para visitação e não possui informações pertinentes.
PN DAS ARAUCÁRIAS	Possui Plano de Manejo, assim como um conselho gestor que se reúne periodicamente; Possui trilhas, mas está fechado para a visitação mais ampla, visto que não possui estrutura para recepção de visitantes; Recebe apenas atividades de EA escolar; Fiscalização esporádica por

falta de recursos e estrutura.
--------------------------------

**Quadro 4: Estruturação e às atividades relacionadas ao uso público nos parques nacionais.**

Dentre os Parques Nacionais, o das Araucárias e o São Joaquim não possuem Centro de Visitantes, embora o segundo já possua um projeto com verba disponível para a sua construção. Uma visualização ampla com a síntese da situação atual da estrutura física e funcional para a visitação nas unidades de conservação federais e estaduais da categoria parque em SC é mostrada no quadro 5 a seguir.

PARQUES ESTADUAIS	IDENTIFICAÇÃO	ESTRUTURA FÍSICA E FUNCIONAL						
		AV	PM	CV	S	IA	T	A
	PE da Serra do Tabuleiro	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
	PE da Serra Furada	Não	Sim	Não	-	-	Sim	-
	PE das Araucárias	Não	Sim	Não	-	-	-	-
	PE Flitz Plaumann	Sim	Sim	Sim	-	-	Sim	-
	PE Rio Canoas	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não
	PE Acarai	Não	Sim	Não	-	-	-	-
	PE do Rio Vermelho	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
PARQUES NACIONAIS	IDENTIFICAÇÃO	ESTRUTURA FÍSICA E FUNCIONAL						
		AV	PM	CV	S	IA	T	A
	PN de Aparados da Serra e PN da Serra Geral	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	-
	PN de São Joaquim	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim
	PN da Serra do Itajaí	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
	PN das Araucárias	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não

Legenda: AV = Aberto à visitação; PM = Plano de Manejo; CV = Centro de Visitantes; S = Sinalização; IA = Interpretação Ambiental; T = Trilhas; A = Acampamentos

**Quadro 5: Quadro síntese da estrutura física e funcional dos Parques Estaduais e Nacionais de Santa Catarina.**

Considerando os parques estaduais abertos para a visitação, alguns indicadores como a existência de plano de manejo, centro de visitantes e trilhas que são representativos da sua estruturação e sobre os quais foi possível obter uma base de dados suficiente, alcançam um percentual de 57% de constatação, ou seja, apenas meio caminho para uma estruturação adequada dos parques estaduais foi percorrido. Nos campos do quadro que estão assinalados com um traço significa que não foi possível obter a informação pertinente por nenhum meio e instrumento. No caso específico do PN da Serra do Itajaí, embora segundo a gestora estadual do ICMBio esta UC não esteja aberta para visitação, no site do mesmo órgão consta a informação que mediante prévia autorização, a visitação pública pode ser feita de terça a domingo, denotando-se que tal autorização é dada apenas para as atividades de EA.

Comparativamente no estado de Minas Gerais, Lima (2003) constatou que apenas o Parque Nacional da Serra da Canastra e os Parques Estaduais do Itacolomi e Rio Doce apresentava infraestrutura satisfatória e adequada. Em outro estudo também no mesmo Estado, Lima, Ribeiro e Gonçalves (2005) verificaram que entre vinte e três unidades conservação de proteção integral apenas uma delas possuía plano de manejo elaborado. Já no Estado do Rio de Janeiro, Primo e Pellens (2000) constataram que das quarenta e oito unidades de conservação estudadas, apenas dezenove possuíam sede administrativa e entre os parques, apenas quatro possuíam centro de visitantes. Mais recentemente Medeiros e Pereira (2011) constataram que os cinco parques nacionais existentes no mesmo estado possuíam Planos de Manejo em vigência, sendo que dois deles já estavam com a versão revisada implantada, denotando uma melhora da situação anteriormente verificada por Primo e Pellens (2000).

Na mesma época no estado de São Paulo, Pires *et al* (2000) também haviam constatado que 53% das unidades de conservação de proteção integral não possuíam plano de manejo. Por sua vez, Faria (2002), também em São Paulo, verificou que a efetividade de manejo ainda é incipiente em UCs como os Parques Estaduais da Ilha do Cardoso, Carlos Botelho e Morro do Diabo. No Estado de Mato Grosso, de acordo com Tocantins e Almeida (2000), os Parques Nacionais não possuíam o plano de manejo, o que converge com um cenário descrito por Brito (2000) para o mesmo Estado, onde todas as unidades de conservação federais apresentaram conceito regular na avaliação de seus âmbitos legal, administrativo e de planejamento, sendo que as unidades de conservação estaduais apresentaram, em sua maioria, conceito inadequado em relação a recursos humanos, equipamentos, infraestruturas, e plano de manejo.

Desta forma, mesmo reconhecendo o não alinhamento pleno quanto ao delineamento entre os respectivos objetos de estudo e, também, não deixando de considerar as distintas épocas e a defasagem temporal de alguns dos estudos citados, percebe-se que a realidade atual dos Parques de Santa Catarina corresponde a um quadro que também já se verificou ou ainda se verifica em outros estados da federação, caracterizado por amplas deficiências em estruturação e funcionalidade das unidades de conservação para o uso público.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A constatação das deficiências, ou mesmo ausência de estruturação e condições funcionais para o uso público pleno, com ênfase na visitação turística, recreativa, contemplativa e educativa nas unidades de conservação da categoria parque em Santa Catarina, é um dado alarmante, pois assim estas unidades de conservação não conseguem cumprir efetivamente seus objetivos, comprometendo também uma das principais estratégias de sensibilização da sociedade para a importância da

conservação da natureza, assim como uma alternativa de receita econômica para a gestão e manutenção das mesmas.

No entanto, também se percebeu que este não é um problema apenas do estado de Santa Catarina, pois mesmo considerando distintas épocas e formas de abordagens junto às unidades de conservação de outros estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Mato Grosso, constatou-se uma grande convergência quanto à natureza dos problemas e limitações práticas, especialmente em relação à estrutura física deficiente e pessoal insuficiente em número e qualificação. A tudo isso, associa-se um contexto de passivos legais com a regularização territorial de várias unidades, permeado pela insuficiência de recursos financeiros para a efetividade de uma adequada gestão.

As constatações acima, embora fiel aos resultados obtidos, deve ser tomada com ressalvas quanto ao seu caráter exploratório e não exaustivo, na medida em que devido a limitações orçamentárias para uma ampliação da coleta de dados a campo, as fontes de dados primários idealizada, inicialmente, para todos os gestores diretos dos doze parques de Santa Catarina, tiveram que se restringir às pessoas das duas fontes respectivamente da esfera estadual (FATMA) e federal (ICMBio), que ocupavam na época os seus cargos de gestão das unidades de conservação no Estado de Santa Catarina. Dessa forma, o contato com a grande maioria dos parques deu-se somente através de ligações telefônicas e via e-mail, com exceção do Parque Nacional de São Joaquim e do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, em que ocorreram visitas *in loco* e aplicação de entrevistas. Assim mesmo, em alguns casos a coleta de dados restringiu-se a fontes documentais e a mídias diversas, dado o não êxito dos referidos contatos telefônicos e eletrônicos.

Mesmo com as limitações encontradas, acredita-se que produção e a disponibilização de dados relativamente atualizados sobre esta realidade, ainda que em nível exploratório, permitirá de imediato suprir informações úteis tanto para a operacionalização do segmento do turismo na natureza, quanto para os gestores governamentais do turismo no Estado de Santa Catarina, além de se constituir em uma etapa inicial para investigações subsequentes e mais aprofundadas sobre o tema por parte da academia. Por exemplo, futuras investigações com o mesmo enfoque desta pesquisa, poderão tomar como referência o modelo de Lima *et al* (2005) que avalia a efetividade de manejo das unidades de conservação de proteção integral, assim como verificar a vigência dos planos de manejo já elaborados para a maioria dos parques e a efetividade de sua implementação.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITO, M. A. (2000). Avaliação do nível de implementação das unidades de conservação do Estado do Mato Grosso. *Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*, Campo Grande, pp. 645-653.

CIFUENTES, M.; IZURIETA, V.; FARIA, H.H. (2000). *Medición de La Efectividad Del Manejo de Areas Proteidas*. Costa Rica: WWF/GTZ/IUCN.

CONSERVATION INTERNATIONAL - CI. (2004). *Propuesta para el fortalecimiento del sistema de manejo turístico del Parque Nacional Galápagos (PNG), vigente desde La implementación del plan de manejo de 1996*. Galápagos.

*Decreto-lei nº 9985, de 18 de julho de 2000* (2000). Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Brasília, DF.

DUTRA, V. C. (2008). Caracterização do perfil e da qualidade da experiência dos visitantes no Parque Estadual do Jalapão. *Caderno Virtual de Turismo* (v.8, n.1, p.104-117). Tocantins.

FARIA, H. H. (2002). Estado da Gestão de Três Unidades de Conservação do Estado de São Paulo. *Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*, Fortaleza, CE, Brasil, 289-303.

FLICK, U. (2004). *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman.

GIL, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (4ª Ed). São Paulo: Atlas.

GRAEFE, A.R.; THAPA, B. (2004). Conflict in Natural Resources Recreation. In MANFREDO, M.J.; VASKE, J.J. *et al. Society and Natural Resources: a summary of knowledge*. (Cap. 19, pp. 209-224). Missouri: Modern Litho.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. (2004). *Mapa de Vegetação do Brasil* (3ª Ed). Rio de Janeiro: IBGE/DG.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO. (2012). *Unidades de Conservação: Grupos: Proteção Integral e Uso Sustentável*. Recuperado em outubro de 2012, de <http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/grupos.html>.

JESUS, F. (2002). Plano de Uso Público: necessidade de atualização no planejamento. *Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*, Fortaleza, CE, Brasil, 844-45.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. (1999). *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas.

*Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000: decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002*. (2004). Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (5ª Ed). Brasília, DF, Brasil.

LIMA, G. S. RIBEIRO, G. A.; GONÇALVES, W. (2005). Avaliação da efetividade de manejo das unidades de conservação de proteção integral em Minas Gerais. *Revista Árvore*, v. 29 (n.4), 647-653. Recuperado em junho de 2013, de <http://www.scielo.br/pdf/rarv/v29n4/a17v29n4.pdf>.

LIMA, G. S. (2003). *Criação, implantação e manejo de unidades de conservação no Brasil: Estudo de caso de Minas Gerais*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Florestal, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil.

MEDEIROS, R.; PEREIRA, G. S. (2011). Evolução e implementação dos planos de manejo em parques nacionais no estado do Rio de Janeiro. *Revista Árvore*, v.35 (n.2), 279-288. Recuperado em junho de 2013, de <http://www.scielo.br/pdf/rarv/v35n2/a12v35n2>.

MINAYO, M.C.S. et. al. (2002). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. (2012). *Sistema Nacional de Unidades de Conservação*. Brasília. Recuperado em 30 setembro, 2012, de <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc/gestao>

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. (2006). *Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação*. (3ª Ed). Brasília: Ministério do Meio Ambiente.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. (2007). *Unidades de Conservação do Brasil*. Brasília: DAP/ICMbio.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA; MINISTÉRIO DO TURISMO - MTUR. (2012). *Programa Turismo nos Parques*. Brasília: ICMbio/EMBRATUR. Recuperado em junho de 2012, de <http://www.mma.gov.br/publicacoes/areas-protegidas/category/51-unidades-de-conservacao>.

PIRES, A. M. Z. C. R.; SANTOS, J. E.; PIRES, J. S. (2000). Conservação da biodiversidade: análise da situação de unidades de proteção integral do Estado de São Paulo. *Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*, Campo Grande, MS, Brasil, pp. 618-627.

PIRES, P. S.; COSTA, J. M. *Caracterização da Oferta do Turismo em Áreas Naturais em Santa Catarina* (Relatório Final Preliminar Edital 2011-2012). Balneário Camboriú, SC, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – UNIVALI/PIBIC/CNPq, Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI.

PRIMO, P. B. S.; PELLENS, R. (2000). A situação atual das unidades do Estado do Rio de Janeiro. *Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*, Campo Grande, MS, Brasil, pp. 628-637.

SOUZA, A. C. OLIVEIRA, K. C. da S. Turismo e meio ambiente: As unidades de conservação. In CRUZ, G. da; et al. *Turismo: Desafios e especificações para um turismo sustentável*. Ilhéus: Editus, 2011.

TAKAHASHI, L. (2004). *Uso Público em Unidades de Conservação*. (Ano 2, nº 2). Curitiba: FBPN.

TOCANTINS, N.; ALMEIDA, A. F. (2000). As unidades de conservação federais: uma análise da realidade matogrossense. *Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*, Campo Grande, MS, Brasil, 638-644.

UNIVALI. (2011). *Produção Acadêmico-Científica [recurso eletrônico]: a pesquisa e o ensino/Universidade do Vale do Itajaí*. (Coordenação e Edição LEAL, E. J. M). Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí.